



SECRETARIA DE DEFESA CIVIL



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
PLANCON 2021-2022 – CHUVAS INTENSAS**

**DEFESA CIVIL
NOVA FRIBURGO**

**PLANO DE CONTINGÊNCIAS – NÍVEL TÁTICO
OPERACIONAL MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

TIPIFICAÇÃO DA AMEAÇA:

- 1.NATURAIS/3.METEOROLÓGICO/2.TEMPESTADES /1.TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVAS/
- 4.CHUVAS INTENSAS (COBRADE 1.3.2.1.4)

AUTORES:

Major BM Rr Evi Gomes da Silva

Major BM Rr Luis Antônio Ferreira Couto

Tenente BM Luciano Luiz da Silva

AÇÃO	DATA
Elaboração	De 01/10/2021 a 05/11/2021
Apresentação	09/11/2021
Audiência pública	
Simulado	
Validade	
Revisão	
Aprovação	
Publicação em Diário Oficial	

Sumário

1- INTRODUÇÃO.....	7
1.1- CHUVAS INTENSAS (COBRADE 1.3.2.1.4).....	7
1.1.1- DESLIZAMENTOS DE SOLO E/OU ROCHA (COBRADE 1.1.3.2.1).....	7
1.1.2- INUNDAÇÕES (COBRADE 1.2.1.0.0)	9
1.1.3- ENXURRADAS (COBRADE 1.2.2.0.0).....	10
1.1.4- ALAGAMENTOS (COBRADE 1.2.3.0.0).....	11
1.1.5- AÇÕES DE MITIGAÇÃO	12
1.2- METODOLOGIA	12
1.3 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLANO.....	13
2. FINALIDADE	13
3. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO	13
3.1 FATORES AGRAVANTES.....	15
3.2 CENÁRIOS DE RISCO	16
3.2.1 RISCOS DE DESLIZAMENTOS DE SOLO E/OU ROCHA	16
3.2.2 INUNDAÇÕES.....	21
3.2.3 ENXURRADAS	23
3.2.4 ALAGAMENTOS	24
4. OPERAÇÕES.....	25
4.1 AUTORIDADE.....	26
4.2 MOBILIZAÇÃO	26
4.3 ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA.....	27
4.4 AÇÕES DE RESPOSTA.....	28
4.4.1 PRÉ-DESASTRE.....	28
4.4.1.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS.....	28
4.4.1.2 MONITORAMENTO	29
4.4.2 DESASTRE	35
4.4.2.1 ACIONAMENTO DOS RECURSOS	35
4.4.2.2 DIMENSIONAMENTO DO EVENTO E DA NECESSIDADE DE RECURSOS (AVALIAÇÃO DE DANOS).....	36
4.4.2.3 MOBILIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DOS RECURSOS	36
4.4.2.4 INSTALAÇÃO DA SALA DE COOPERAÇÃO	36
4.4.2.5 ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA.....	36
4.4.2.6 DECRETAÇÃO DE SE OU ECP E ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....	36
4.4.2.7 AÇÕES DE SOCORRO	37
4.4.2.7.1 BUSCA, RESGATE E SALVAMENTO	37
4.4.2.7.2 PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR.....	37
4.4.2.7.3 ATENDIMENTO MÉDICO E CIRÚRGICO DE URGÊNCIA	37

4.4.2.7.4 EVACUAÇÃO	37
4.4.2.8 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA.....	37
4.4.2.8.1 CADASTRAMENTO DAS VÍTIMAS	37
4.4.2.8.2 ABRIGAMENTO	38
4.4.2.8.3 RECEBIMENTO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOAÇÕES	38
4.4.2.8.4 ATENDIMENTO AOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES, IDOSOS, PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, ETC...)	38
4.4.2.9 MANEJO DE MORTOS.....	38
4.4.2.10 MOBILIZAÇÃO ADICIONAL DE RECURSOS.....	38
4.4.2.11 ATENDIMENTO À IMPRENSA	38
4.4.2.12 AÇÕES DE REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS	39
4.4.2.12.1 RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	39
4.4.2.12.2 RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS	39
4.3 ATRIBUIÇÕES.....	39
4.3.1 ATRIBUIÇÕES GERAIS	39
4.4 DESMOBILIZAÇÃO	39
5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS	40
5.1 MATRIZ DE ATIVIDADES X RESPONSABILIDADES	40
ANEXO 1 - MATRIZ DE ATIVIDADE X RESPONSABILIDADE PARA AMEAÇAS DOS GRUPOS GEOLÓGICO E HIDROLÓGICO.	
ANEXO 2 - PONTOS DE APOIO	

1- INTRODUÇÃO

Este Plano de Contingência estabelece os protocolos e procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos, direta ou indiretamente, na resposta às emergências e desastres causados por Chuvas Intensas. Tais ameaças estão inseridas na Categoria Natural da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE.

1.1- CHUVAS INTENSAS (COBRADE 1.3.2.1.4)

Tabela 1 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	CONCEITO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAL	3. METEOROLÓGICO	2. TEMPESTADES	1. TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA	4. CHUVAS INTENSAS	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	1.3.2.1.4	

Dentre os desastres classificados na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE temos **Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4**, popularmente conhecida como chuvas de verão, que geram precipitações pluviométricas com um acumulado significativo, ocasionando e/ou potencializando desastres relacionados aos alagamentos, Inundações, Enxurradas e/ou Movimentos de Massa. É característico que estes eventos ocorram de forma simultânea, afetando diversos municípios, inclusive em várias regiões do estado, concomitantemente.

1.1.1- DESLIZAMENTOS DE SOLO E/OU ROCHA (COBRADE 1.1.3.2.1)

Tabela 2 – Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	CONCEITO	COBRADE	SIMBOLOGIA
-----------	-------	----------	------	---------	----------	---------	------------

1. NATURAL	1. GEOLÓGICO	3. MOVIMENTO DE MASSA	2. DESLIZAMENTOS	1. DESLIZAMENTOS DE SOLO E/OU ROCHA	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.	1.1.3.2.1	
------------	--------------	-----------------------	------------------	-------------------------------------	---	-----------	---

Deslizamentos de solo e/ou rocha são provocados pelo escorregamento de materiais sólidos, como solos, rochas, vegetação e/ou material de construção ao longo de terrenos inclinados, denominados de “encostas”, “pendentes” ou “escarpas”.

As características geológicas, o processo de urbanização e a ocupação do solo, além das alterações físicas e naturais, indicam haver uma condição suscetível a movimentos de massa, principalmente quando há o incremento das precipitações hídricas. Desta forma, a época de ocorrência dos deslizamentos, comumente, coincide com o período das chuvas, intensas e prolongadas, visto que as águas escoadas e infiltradas vão desestabilizar as encostas.

Há que considerar três fatores de influência na ocorrência dos deslizamentos:

- ✓ Tipo de solo – sua constituição, granulometria e nível de coesão;
- ✓ Declividade da encosta – cujo grau define o ângulo de repouso, em função do peso das camadas, da granulometria e nível de coesão;
- ✓ Água de embebição – que contribui para aumentar o peso específico das camadas; reduzir o nível de coesão e o atrito, responsáveis pela consistência do solo, e lubrificar as superfícies de deslizamento.

A cidade de Nova Friburgo, nas últimas décadas, vem sofrendo uma intensa expansão urbana, sem um planejamento adequado do uso do solo. A ocupação desordenada nas áreas de encosta das cidades, com construções de edificações sem acompanhamento técnico especializado, associada à falta de percepção de risco da população e à condição social existente, é uma realidade que potencializa o grau de risco em relação aos eventos de movimentos gravitacionais de massa.

Comumente, são observados cortes nos taludes/encostas, desmatamentos, implantação irregular de instalações hidrossanitárias, despejo de esgoto em fossas ou sumidouros, além da falta de canalização da água servida e despejo inadequado do lixo. As intervenções citadas causam a desestabilização das

encostas e criam cenários de grande vulnerabilidade para a população local. Todos estes fatores fazem com que os deslizamentos sejam responsáveis por inúmeras vítimas fatais e grandes danos materiais.

1.1.2- INUNDAÇÕES (COBRADE 1.2.1.0.0)

Tabela 3 – Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	CONCEITO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAL	2. HIDROLÓGICO	1. INUNDAÇÕES	0	0	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0	

As inundações são fenômenos de natureza hidrometeorológica e são frequentemente deflagradas por chuvas rápidas e fortes, ou chuvas intensas de longa duração.

Inundação, segundo o CEMADEN-RJ – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, é o processo em que ocorre submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual em áreas de planície, geralmente ocasionado por chuvas distribuídas e alto volume acumulado na bacia de contribuição. Estão classificadas na COBRADE como um evento de origem natural e hidrológico (COBRADE 1.2.1.0.0). A principal fonte de origem das Inundações são as chuvas intensas ou contínuas.

Estes eventos podem durar horas, dias ou semanas, dependendo da intensidade e da duração da chuva, da topografia, das condições do solo e da cobertura do solo.

As inundações podem causar diversos danos humanos e materiais, além de enormes prejuízos econômicos e sociais.

O fenômeno relaciona-se com a redução da infiltração natural nos solos urbanos, a qual é provocada por:

- ✓ Compactação e impermeabilização do solo;
- ✓ Pavimentação de ruas e construção de calçadas, reduzindo a superfície de infiltração;

- ✓ Construção adensada de edificações, que contribuem para reduzir o solo exposto e concentrar o escoamento das águas;
- ✓ Desmatamento de encostas e assoreamento dos rios que se desenvolvem no espaço urbano;
- ✓ Acumulação de detritos em galerias pluviais, canais de drenagem e cursos d'água; insuficiência da rede de galerias pluviais.

1.1.3- ENXURRADAS (COBRADE 1.2.2.0.0)

Tabela 4 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	CONCEITO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAL	2. HIDROLÓGICO	2. ENXURRADAS	0	0	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0	

Segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), proposta em 2012, as inundações bruscas passaram a ser denominadas enxurradas e são definidas como escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracteriza-se pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial.

A Enxurrada está classificada na COBRADE como um evento de origem natural e hidrológico (COBRADE 1.2.2.0.0). A principal fonte de origem das Enxurradas são as chuvas intensas.

Estes eventos podem durar minutos ou horas, dependendo da intensidade e da duração da chuva, da topografia, das condições do solo e da cobertura do solo.

Nas cidades, quando a chuva é muito forte e os bueiros e as tubulações não têm capacidade para transportar toda a água, pode ocorrer uma enxurrada em poucos minutos.

As enxurradas podem arrastar veículos, pessoas, animais e móveis por vários quilômetros. A força das águas pode ainda provocar o rolamento de blocos de pedras, arrancar árvores, destruir edificações e causar corrida de massa.

1.1.4- ALAGAMENTOS (COBRADE 1.2.3.0.0)

Tabela 5 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	CONCEITO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAL	2. HIDROLÓGICO	3. ALAGAMENTOS	0	0	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0	

Podemos considerar alagamento como o acúmulo de água, normalmente provocado por chuvas intensas, em áreas totalmente ou parcialmente impermeabilizadas e onde a rede de drenagem pluvial não consegue escoar uma vazão superior àquela para qual foi projetada. O entupimento do sistema de drenagem é um fator para o favorecimento das ocorrências de alagamentos.

Segundo a Classificação e a Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), proposta em 2012, os **alagamentos** caracterizam-se pela extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas [...]” (BRASIL, 2012, p. 73) e da topografia suave (CERRI, 1999). Sua ocorrência está diretamente relacionada com os sistemas de drenagem urbana, que são entendidos como o conjunto de medidas que objetivam a redução dos riscos relacionados às enchentes, bem como a redução dos prejuízos causados por elas (TUCCI et al., 2007).

Os **alagamentos** são frequentes nas cidades mal planejadas ou que crescem explosivamente, já que a realização de obras de drenagem e de esgotamento de águas pluviais é deixada em segundo plano. Assim, os sistemas de drenagem são altamente impactados e se sobressaem como um dos problemas mais sensíveis causados pela urbanização sem planejamento, ou seja, o que facilmente comprova a sua ineficiência imediatamente após as precipitações significativas, com transtornos à população quando causa inundações e alagamentos (FUNASA, 2006).

Os danos causados pelos alagamentos são, de modo geral, de pequena magnitude, pois a elevação das águas é relativamente baixa. Por outro lado, os transtornos causados à população são de ordem elevada, principalmente no que se refere à circulação de automóveis e de pessoas, bem como a limpeza das residências e das áreas de comércio após o escoamento das águas.

O escoamento das águas superficiais sempre ocorrerá, existindo ou não um sistema adequado de drenagem. Por isso, a qualidade do sistema é que determina a existência de benefícios ou prejuízos à população.

É oportuno citar os estudos de Mattedi e Butzke (2001); eles mostraram que as pessoas que vivem em áreas de risco percebem os eventos como uma ameaça, contudo não atribuem seus impactos a fatores sociais. Essa percepção é comum aos **alagamentos**, pois as pessoas costumam atribuir à força da natureza a inundação de suas moradias e não à forma como ocupam e utilizam os espaços urbanos.

1.1.5- AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- ✓ Ações estruturais, limpeza periódica das drenagens da cidade, especialmente, antes do período de chuvas;
- ✓ Evitar e impedir novas construções em áreas naturalmente sujeitas aos processos hidrológicos;
- ✓ Placas indicando que a área está sujeita a alagamento. Registros prévios na cidade;
- ✓ Manter histórico de eventos no município, com data das ocorrências, quantidade de chuva precipitada, altura da lâmina d'água durante o alagamento, tempo de permanência do alagamento;
- ✓ Manter esse registro acessível a sociedade;
- ✓ Observar com atenção às áreas sujeitas em períodos chuvosos;
- ✓ Instalar sistema de alerta de chuvas;
- ✓ Orientar a população quanto ao que fazer em caso de chuvas fortes.

1.2- METODOLOGIA

Para a elaboração deste Plano de Contingência foi solicitado aos órgãos do Sistema Municipal e Estadual de Defesa Civil, e as concessionárias prestadoras de serviços, o preenchimento de um plano setorial, onde foram obtidas informações de pessoal e material operacional disponíveis para serem utilizados em caso da ocorrência de desastres. Estes foram divididos em grupos conforme as ações desempenhadas por cada um, sendo estes: socorro, assistência e restabelecimento dos serviços essenciais.

O presente documento foi elaborado para que os órgãos possam atuar de acordo com as competências que lhes são conferidas, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades aqui previstas.

Vale ressaltar que a Secretaria Municipal de Defesa Civil atua de forma articulada com as demais secretarias do município, além dos diversos órgãos do estado, do governo federal e demais instituições

que atuam direta ou indiretamente para a redução de desastres e apoio às comunidades atingidas. Esta abordagem sistêmica permite que as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação sejam melhores executadas. Todas as medidas adotadas são de caráter permanente e cíclico, ou seja, estarão sempre sendo revistas e atualizadas.

Todos os registros de desastres ficarão arquivados a fim de auxiliar na sua revisão e em futuros planejamentos.

1.3 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLANO

Para melhoria e concretização deste Plano de Contingência, os órgãos envolvidos na sua elaboração e aplicação devem realizar exercícios simulados em conjunto, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

Ao final de cada exercício, orienta-se a confecção um relatório destacando os pontos do Plano que merecem alteração ou reformulação, bem como as dificuldades encontradas na sua execução. Com base nestas informações poderá ser lançada uma nova versão, que deverá ser distribuída para todos os participantes.

Caberá à Secretaria Municipal de Defesa Civil criar um sistema de avaliação dos exercícios simulados, sendo esta ação executada em conjunto com os demais órgãos envolvidos.

2. FINALIDADE

A finalidade deste Plano de Contingência é estabelecer ações e responsabilidades dos órgãos envolvidos na resposta às emergências e desastres, quando da atuação direta ou indireta, para Chuvas Intensas no município de Nova Friburgo, recomendando e padronizando, os aspectos relacionados ao monitoramento para emissão dos níveis de VIGILÂNCIA, OBSERVAÇÃO, ATENÇÃO, ALERTA e ALERTA MÁXIMO, tal como na resposta, incluindo as ações de socorro, assistência e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes do desastre e restabelecer a normalidade no menor prazo possível.

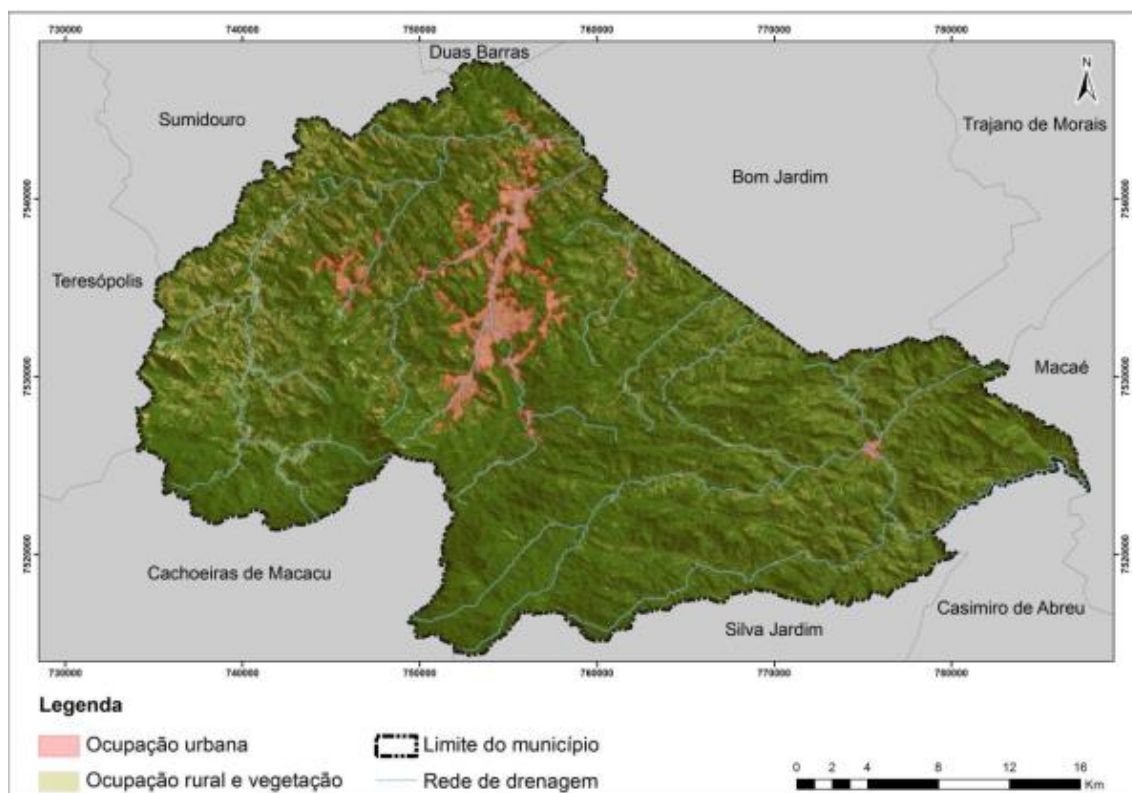
3. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

O Município de Nova Friburgo situa-se na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, a 136 km da capital, com uma área total de 935,429 km² e altitude média de 846 metros.

Com uma população estimada de 191.664 habitantes (IBGE, 2021), sendo 86,4% localizada na zona urbana e 13,6% na zona rural, sua economia está baseada, principalmente, na indústria de moda íntima, olericultura, caprino cultura, indústria (têxteis, vestuário, metalúrgicas, etc) e turismo.

As principais rodovias de interligação são a RJ 116, RJ 130 e a RJ 142.

Municípios limítrofes: Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Macaé, Trajano de Moraes, Bom Jardim, Duas Barras, Sumidouro e Teresópolis.



Mapa representativo do uso e ocupação do solo no Município de Nova Friburgo.

Fonte: REGEA (2013).

Nova Friburgo possui clima tropical de altitude com temperaturas amenas. Este regime apresenta um elevado índice pluviométrico, cuja precipitação média anual é de aproximadamente 2000 mm/ano. Os meses chuvosos são dezembro, janeiro e fevereiro, com alternância dos regimes torrencial e constante, cujas médias mensais são 221,2 mm, 232,1 mm, e 165,2 mm respectivamente, sendo os meses menos chuvosos de junho, julho e agosto, com médias mensais de 32,3 mm, 24,7 mm e 23,7 mm respectivamente.

Durante o período de chuvas há ocorrência de tempestades com fortes enxurradas que se alternam com períodos de chuvas constantes. Os índices pluviométricos registrados no evento ocorrido em janeiro de 2011 atingiram cerca de 277 mm entre os dias 11 e 12 de janeiro deste mesmo ano, registrado pela estação pluviométrica do Sítio de Santa Paula (VASCONCELOS, 2011).

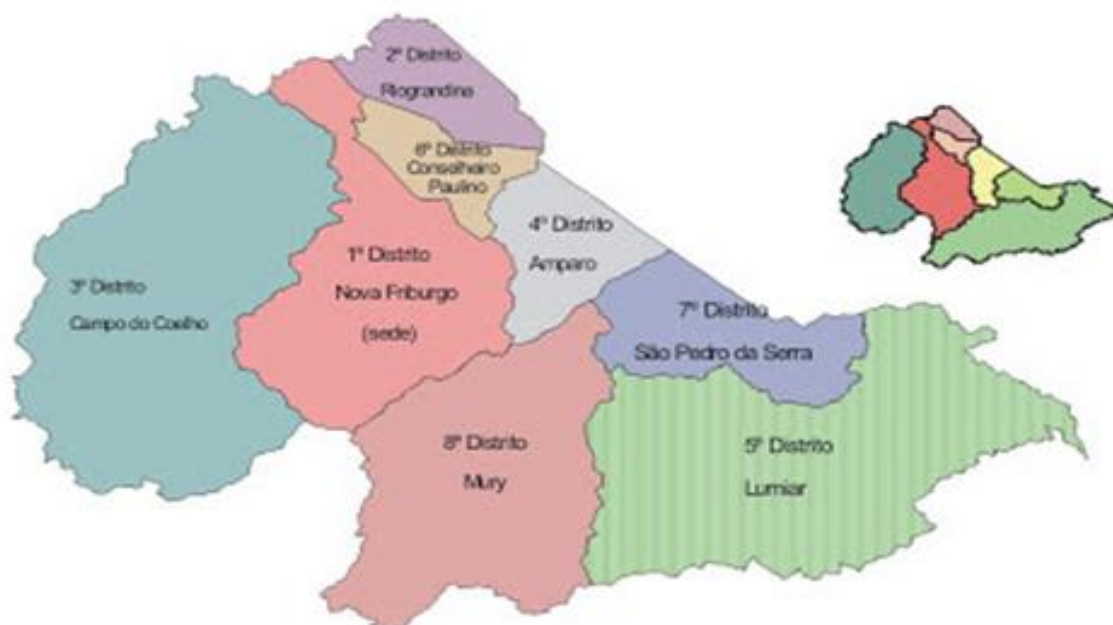
Hidrografia: Formado pelas bacias do Rio Grande e do Rio Macaé (alto). Os principais rios que cortam a cidade: Rio Santo Antônio, Rio Cônego e Rio Bengalas (formado por esses dois rios).

Possui relevo Montanhoso e uma grande área de risco remanescente, sujeita a deslizamentos severos. Os rios citados acima têm grande potencial de formação de inundações bruscas. Estas variáveis

somadas a ocorrência de altos índices de precipitação pluviométrica, tornam Nova Friburgo, uma cidade com alto potencial de risco geológico e hidrológico.

O território de Nova Friburgo está dividido em oito distritos:

- 1º Distrito: Nova Friburgo
- 2º Distrito: Riograndina
- 3º Distrito: Campo do Coelho
- 4º Distrito: Amparo
- 5º Distrito: Lumiar
- 6º Distrito: Conselheiro Paulino
- 7º Distrito: São Pedro da Serra
- 8º Distrito: Mury.



Mapa com divisão por distritos do Município de Nova Friburgo.

Com a aproximação do período de verão, cresce a expectativa da população que habita as áreas de risco por medidas que minimizem os efeitos provocados pelas fortes chuvas e suas consequências. Compete ao Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil adotar medidas que reduzam tais efeitos, principalmente, na salvaguarda de vidas, dos bens materiais de toda ordem, dos sistemas viários, das comunicações e dos serviços essenciais da população.

3.1 FATORES AGRAVANTES

Na medida em que se expande o processo de urbanização, aumenta também a preocupação com os impactos dos desastres naturais e antrópicos sobre a sociedade, os quais podem causar diferentes danos à

vida humana, como: elevados números de mortos e feridos, altos índices de desabrigados, prejuízos econômicos, impactos sociais, etc.

Muitos destes problemas urbanos refletem-se nos desastres que ocorrem nesta cidade, como os movimentos de massa, as inundações bruscas, dentre outros, expondo os munícipes a um aumento considerável dos riscos em todas as regiões de Nova Friburgo, que passam por um intenso processo de crescimento físico e populacional, de característica desordenada e com aumento da vulnerabilidade.

3.2 CENÁRIOS DE RISCO

Este Plano de Contingência foi desenvolvido por meio da análise de avaliações técnicas e mapeamentos de risco nas áreas identificadas como prováveis e relevantes de ocorrerem emergências e desastres de Chuvas Intensas e seus efeitos. Para isso, foram utilizadas estatísticas da Secretaria Municipal de Defesa Civil e relatórios de análises de riscos do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro- DRM-RJ, da Gerência de Geomática (Secretaria de Meio Ambiente) e da REGEA - Geologia e Estudos Ambientais Ltda, empresa que realizou as Etapas de Revisão do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) do Município de Nova Friburgo (RJ) no ano de 2013.

3.2.1 RISCOS DE DESLIZAMENTOS DE SOLO E/OU ROCHA

As características geológicas, o processo de urbanização e a ocupação do solo, além das alterações físicas e naturais nas regiões dos oito distritos, indicam haver uma condição suscetível a movimentos de massa, principalmente quando há o incremento das precipitações hídricas.

Os movimentos de massa relacionados a encostas são agrupados em quatro grandes classes de processos: Rastejos, Escorregamentos, Quedas e Corridas.

Os setores de risco foram delimitados segundo os graus de risco: **Baixo (R1), Médio (R2), Alto (R3) e Muito Alto (R4)**. Os critérios de julgamento da probabilidade de ocorrência dos processos de instabilização do tipo escorregamentos em encostas ocupadas, bem como os parâmetros analisados para o desenvolvimento dos trabalhos são apresentados na **Tabela 6**.

Tabela 6. Critérios utilizados para determinação dos graus de probabilidade de ocorrência de escorregamentos.

GRAU DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO
R1 Baixo	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes e o nível de intervenção no setor são de BAIXA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. NÃO HÁ INDÍCIOS de desenvolvimento de processos de instabilização de encostas

	e de margens de drenagens. É a condição menos crítica, mantidas as condições existentes.
R2 Médio	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes e o nível de intervenção no setor são de MÉDIA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Observa-se a presença de ALGUMA(S) EVIDÊNCIA(S) de instabilidade, porém incipiente(s). Mantidas as condições existentes. É REDUZIDA a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R3 Alto	Os condicionantes geológico-geotécnicos e o nível de intervenção no setor são de ALTA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Observa-se a presença de SIGNIFICATIVA(S) EVIDÊNCIA(S) de instabilidade. Mantidas as condições existentes, é PERFEITAMENTE POSSÍVEL a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R4 Muito Alto	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes e o nível de intervenção no setor são de MUITO ALTA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. As evidências de instabilidade SÃO EXPRESSIVAS E ESTÃO PRESENTES EM GRANDE NÚMERO E/OU MAGNITUDE. É a condição mais crítica. Mantidas as condições existentes, é MUITO PROVÁVEL a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.

As áreas citadas na tabela abaixo compreendem os setores de risco **R3 (ALTO)** e **R4 (MUITO ALTO)**.

Tabela 7. Relação das áreas com risco de escorregamento (REGEA 2013).

Número da Área	Número do Setor	Nome do Setor
NF-001	NF-001-01-R4	Riograndina - Estrada dos Chaboudes
NF-002	NF-002-01-R4	Riograndina - Rua Clarindo Rodrigues de Freitas
NF-003	NF-003-01-R4	Riograndina - Rua João Fernandes Barrada
NF-004	NF-004-01-R4	Riograndina - Estrada Linha Banquete
NF-005	NF-005-01-R4	Riograndina - Rua Vitória
NF-006	NF-006-01-R3	Riograndina - Antiga estrada de ferro

	NF-006-02-R4	Riograndina - Antiga estrada de ferro
NF-007	NF-007-01-R4	Riograndina - Estrada Antônio Acácio Cardinot
NF-008	NF-008-01-R4	Riograndina - Rodovia RJ-148
	NF-008-02-R4	Riograndina - Estrada Manoel Araújo Coutinho
NF-009	NF-009-01-R3	Floresta - Rua Aureliano Barbosa Faria
	NF-009-02-R4	Floresta - Rua Aureliano Barbosa Faria
NF-010	NF-010-01-R4	São Jorge - Rua Rio Brumado
	NF-010-02-R4	São Jorge - Rua Caraíba
NF-011	NF-011-01-R4	São Jorge - Rua Antônio Machado
NF-012	NF-012-01-R4	Jardim Califórnia - Rua Franca
NF-013	NF-013-01-R4	São Geraldo - Rua Manoel Augusto dos Reis
	NF-013-02-R4	São Geraldo - Rua Carlos Siqueira
NF-014	NF-014-01-R4	São Geraldo - Rua Salvador Heggendon
	NF-014-02-R3	São Geraldo - Rua Rosa Emília do Canto
NF-015	NF-015-01-R4	São Geraldo - Rua Manoel Ribeiro Serafim
	NF-015-02-R4	São Geraldo - Rua Feliciano B. da Costa
NF-016	NF-016-01-R4	São Geraldo - Rua Novo Jardim
	NF-016-02-R4	São Geraldo - Rua Novo Jardim
NF-017	NF-017-01-R4	São Geraldo - Rua Raul de Souza Monte Alto
	NF-017-02-R4	São Geraldo - Rua Queluz - Estrada Rio Grande de Cima
NF-018	NF-018-01-R4	São Geraldo - Estrada Rio Grande de Cima
NF-019	NF-019-01-R4	São Geraldo - Rua das Pedrinhas - Rua das Laranjeiras
NF-020	NF-020-01-R4	Jardim Califórnia - Rua Alcindo Alves dos Reis
NF-021	NF-021-01-R4	Jardim Califórnia - Rua Bento Faria
NF-022	NF-022-01-R3	Jardim Califórnia - Rua Joaquim Rosa Pinheiro
NF-023	NF-023-01-R4	Jardim Califórnia - Rua Jandira Perdigueira
	NF-023-02-R3	Jardim Califórnia - Rua Jandira Perdigueiro
NF-024	NF-024-01-R3	Jardim Califórnia - Rua Jandira Perdigueira
NF-025	NF-025-01-R4	Jardinlândia - Rua Jorge Martins
NF-026	NF-026-01-R4	Prado - Rua Benjamin Constant
NF-027	NF-027-01-R3	Prado - Rua Carmem Ruiz Borges
NF-028	NF-028-01-R3	Prado - Avenida Nossa Senhora do Amparo
NF-029	NF-029-01-R4	Ouro Preto - Rua Graciliano Ramos
NF-030	NF-030-01-R4	Ouro Preto - Rua Santa Marta

NF-031	NF-031-01-R4	São Geraldo - Rua Jandira Perlingueiro
	NF-031-02-R4	São Geraldo - Rua Aristidis José Pereira
NF-032	NF-032-01-R4	São Geraldo - Rua Aristides José Pereira
NF-033	NF-033-01-R3	São Geraldo - Rua Antônio Joaquim Gonçalves
NF-034	NF-034-01-R3	São Geraldo - Rua Rio Grande de Cima
NF-035	NF-035-01-R3	São Geraldo - Rua Helio Leite Brandão
NF-036	NF-036-01-R3	São Geraldo - Rua Feliciano Benedito Costa
NF-037	NF-037-01-R4	Córrego Dantas - Margem do Córrego Dantas
NF-038	NF-038-01-R4	São Geraldo - Rua Maria Isabel Brantes
NF-039	NF-039-01-R3	São Geraldo - Rua Jandira Perlingueiro
NF-040	NF-040-01-R4	Ouro Preto - Rua Altamiro Martins Durique
	NF-040-02-R3	Ouro Preto - Rua Altamiro Aurix Martins
NF-041	NF-041-01-R3	Rui Sanglard - Rua Enertina Medeiro Bom
NF-042	NF-042-01-R4	Rui Sanglard - Rua José Poletti
NF-043	NF-043-01-R4	Rui Sanglard - Rua José Alcidino Pinto
NF-044	NF-044-01-R4	Rui Sanglard - Rua Canoas
NF-045	NF-045-01-R3	Lazareto - Rua Benjamin Constant
	NF-045-02-R4	Lazareto - Rua Benjamin Constant
	NF-045-03-R4	Lazareto - Avenida dos Ferroviários
NF-046	NF-046-01-R4	Duas Pedras - Rua São Pedro
NF-047	NF-047-01-R4	Duas Pedras - Rua São Pedro
NF-048	NF-048-01-R4	Duas Pedras - Rua do Curtume
	NF-048-02-R3	Duas Pedras - Rua Aldo Abi-Ramia
NF-049	NF-049-01-R4	Duas Pedras - Hospital São Lucas
NF-050	NF-050-01-R4	Córrego Dantas - Rua Jacob Marreto
NF-051	NF-051-01-R4	Córrego Dantas - BR-492 - Próximo a GASTRUCK
NF-052	NF-052-01-R3	Córrego Dantas - Rua João Luis Fernandes
NF-053	NF-053-01-R3	Córrego Dantas - BR-492 - Próximo ao hotel Vila Verde
NF-054	NF-054-01-R3	Córrego Dantas - BR-492 - Próximo ao Depósito da Coca cola.
NF-055	NF-055-01-R4	Córrego Dantas – Rua Alexandre Bachini
NF-056	NF-056-01-R4	Córrego Dantas - BR-492 - Em frente ao Frigodário Perdigão.
NF-057	NF-057-01-R4	Campo do Coelho - Estrada dos esquilos
NF-058	NF-058-01-R4	Córrego Dantas - Rua Luiz Carlos Veronese Ferreira
	NF-058-02-R4	Córrego Dantas - Cachoeira próxima ao Córrego Dantas

NF-059	NF-059-01-R4	Córrego Dantas - RJ-130 - Rua Tucuruí
NF-060	NF-060-01-R4	Granja Spinelli - Estrada Granja Spinelli
	NF-060-02-R3	Granja Spinelli - Estrada Granja Spinelli
NF-061	NF-061-01-R4	Córrego Dantas - Aterro Sanitário - RJ-492
NF-062	NF-062-01-R4	Granja Spinelli - Rua Maurício Mendes Silva
NF-063	NF-063-01-R4	Granja Spinelli - Estrada Granja Spinelli
NF-064	NF-064-01-R4	Granja Spinelli - Rua Sebastião Antônio Teixeira
	NF-064-02-R3	Granja Spinelli - Rua Sabrina Abreu Aguilera
NF-065	NF-065-01-R3	Centro - Rua da Casa dos Pobres
	NF-065-02-R4	Centro - Rua Alberto Range - Rua Gabriel Rastelli
	NF-065-03-R3	Centro - Rua Gabriel Rastelli
NF-066	NF-066-01-R4	Vilage - Alameda Selma Gaiser
	NF-066-02-R4	Vilage - Johanes Weidaver
	NF-066-03-R4	Vilage - Rua Anchieta
NF-067	NF-067-01-R4	Chácara do Paraíso - Rua Izelino Maduro
	NF-067-02-R3	Chácara do Paraíso - Travessa Izelino Maduro
NF-068	NF-068-01-R4	Chácara do Paraíso - Rua Leão - Rua Aquarius
	NF-068-02-R4	Chácara do Paraíso - Rua Augusto Dalber
	NF-068-03-R4	Chácara do Paraíso - Rua Frutuoso da Silva - RJ 150
NF-069	NF-069-01-R4	Chácara do Paraíso - Rua Andreino Viana da Silva
	NF-069-02-R4	Chácara do Paraíso - Rua Andreino Viana da Silva
NF-070	NF-070-01-R3	Chácara do Paraíso - RJ-150 - Próximo ao campo do Botafoguinho.
	NF-070-02-R4	
	NF-070-03-R4	Chácara do Paraíso - Rua do Paraíso
NF-071	NF-071-01-R4	Chácara do Paraíso - Estrada do Arco Íris
NF-072	NF-072-01-R4	Chácara do Paraíso - Rua Izelino Maduro
NF-073	NF-073-01-R4	Vilage - Avenida Euterpe Friburguense - Ladeira Robadey
NF-074	NF-074-01-R3	Centro - Rua General Osório
NF-075	NF-075-01-R3	Centro - Rua Dr. Silvio Henrique Braune
NF-076	NF-076-01-R4	Centro - Rua Juvenal Namen
	NF-076-02-R4	Vilage - Rua Carlos Eboli
	NF-076-03-R4	Vilage - Rua Humberto Gomes
NF-077	NF-077-01-R4	Centro - Estrada Tingly
NF-078	NF-078-01-R4	Centro - Rua das Camélias

NF-079	NF-079-01-R3	Centro - Rua Arnaldo Bittencourt
NF-080	NF-080-01-R3	Centro - Rua Eduardo Guinle
NF-081	NF-081-01-R3	Cordoeira - Rua Chico Mendes
NF-082	NF-082-01-R4	Catarcione - Rua Romualdo Machado
NF-083	NF-083-01-R4	Catarcione - Rua Luterbak
NF-084	NF-084-01-R3	Cordoeira - Rua Cristiano Bussinger
	NF-084-02-R4	Cordoeira - Rua Cristiano Bussinger
NF-085	NF-085-01-R4	Olaria - Rua Maria da Glória Lemos
NF-086	NF-086-01-R4	Campo do Coelho -RJ-130 – Próximo ao Haras Beija Flor
NF-087	NF-087-01-R4	Campo do Coelho - Rua Nair
NF-088	NF-088-01-R4	Campo do Coelho - Rua Nair
NF-089	NF-089-01-R4	Campo do Coelho - Rua Antônio Dolores Pinto
NF-090	NF-090-01-R4	Campo do Coelho - Rua Doralice Merece
NF-091	NF-091-01-R4	Campo do Coelho - Rua Água Viva
	NF-091-02-R4	Campo do Coelho - Rua Rogério Stuart
NF-092	NF-092-01-R3	Campo do Coelho - Rua Ademar Breder
	NF-092-02-R4	Campo do Coelho - Rua Arapuã
NF-093	NF-093-01-R4	Campo do Coelho - BR-492 – Próximo a Selma Gusmão Lingerie
	NF-093-02-R4	Campo do Coelho - Rua Américo João da Silveira
NF-094	NF-094-01-R4	Campo do Coelho - RJ-130 Próximo a Doçuras da Suely
NF-095	NF-095-01-R4	Campo do Coelho - Rua São Manoel
NF-096	NF-096-01-R4	Campo do Coelho - Rua Santana
NF-097	NF-097-01-R4	Campo do Coelho - Rua Santana

3.2.2 INUNDAÇÕES

Com base no Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, as inundações, anteriormente denominadas como “enchentes ou inundações graduais” compõem o grupo dos desastres naturais hidrológicos, segundo a nova Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE). Referem-se à Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície. (BRASIL, 2012, p. 73).

A previsão das maiores concentrações de precipitação no Estado do Rio de Janeiro pode ser esperada para os meses de verão, tendo característica sazonal (ANA, 2010). Nesse sentido, os meses que

apresentaram a maior frequência de desastres por inundação, são aqueles da estação chuvosa, devido ao aumento dos acumulados pluviométricos.

No contexto urbano, definem-se como áreas de risco de inundação os terrenos marginais a cursos d'água ocupados por núcleos habitacionais precários sujeitos ao impacto direto desses fenômenos. As pessoas que habitam essas áreas estão sujeitas a danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais.

Os condicionantes naturais climáticos e geomorfológicos de um dado local (pluviometria; relevo; tamanho e forma da bacia; gradiente hidráulico do rio) são determinantes na frequência de ocorrência, tipologia e dinâmica do escoamento superficial de processos de enchentes e inundações. Pode-se dizer que, além dos condicionantes naturais, as diversas intervenções antrópicas realizadas no meio físico têm sido determinantes na ocorrência de acidentes de enchentes e inundações, principalmente nas áreas urbanas. A expansão urbana se dá com um conjunto de ações que modificam as condições originais do ciclo hidrológico de uma dada região: o desmatamento, a exposição dos terrenos à erosão e consequente assoreamento dos cursos d'água, a impermeabilização dos terrenos, os diversos tipos de intervenção estrutural nos cursos d'água e, principalmente, no tocante à questão de risco, a ocupação desordenada dos seus terrenos marginais.

Tabela 7. Relação das áreas com risco de inundação (REGEA 2013)

Número da Área	Número do Setor	Nome do Setor
NF-098	NF-098-01-R3	Córrego Dantas - Rua Alexandre Bachini
	NF-098-02-R2	Jardim Califórnia - Rua Lafayette Bravo Filho
NF-099	NF-099-01-R3	Riograndina- RJ 148 - Rua Capitão Bento José Veloso

Tabela 8. Relação das principais áreas com risco de inundação (Defesa Civil Municipal)

Região	Setor	Descrição
Amparo	01	Rua dez de outubro
	02	Estrada Amparo x São José – Barroso
Barracão dos Mendes	03	Estrada de São Lourenço
Campo do Coelho	04	Rua Américo João da Silveira
	05	Rua Norival dos Santos Calixto
Centro	06	Av. Julius Arp (Complexo Arp)
	07	Rua José Tessarolo Santos (Paissandú)
	08	Alameda João Torres Xavier (Paissandú)

	09	Av. Costa (Paissandú)
	10	Rua Luiza Carpenter (Paissandú)
Conselheiro Paulino	11	Av. Brasil
Córrego D'antas	12	Rua José Pedro Poletti
Duas Pedras	13	Rua São Pedro
Jardim Califórnia	14	Rua Arizona – Canto do Riacho
Jardim Ouro Preto	15	Alameda Adolfo Iaggi
Mury	16	Av. Hamburgo
	17	Av. Manoel Carneiro de Menezes, próximo ao Ipa Route.
Olaria	18	Rua Maria D'angelo Magliano
	19	Rua Jardel Hottz
	20	Av. Julio Antônio Thurler (Trecho entre a Praça 1º de maio e a ponte do Colégio Canadá).
Parque São Clemente	21	Rua Jardel Hottz
	22	Rua Tiradentes
	23	Travessa Eduardo Guinler (Country Clube)
Prado	24	Av. Brasil
Santa Cruz	25	Estrada de São Lourenço
São Geraldo	26	Rua João Francisco Brantes – Solares
Vila Amélia	27	Rua Teresópolis

Obs: Em todas as áreas de planície as margens dos rios que cortam a cidade podem ocorrer inundações, porém, as áreas citadas acima tem um grau de risco mais elevado para esse tipo de desastre.

3.2.3 ENXURRADAS

As Enxurradas, normalmente, apresentam as seguintes características:

- Ocorrem de maneira súbita, com pouco tempo de alerta;
- Seu deslocamento é rápido e violento, resultando em perdas de vida e em danos à infraestrutura e às propriedades;
- Sua área de ocorrência é pequena; geralmente está associada a outros eventos como os fluxos de lama e de detritos. Atualmente, devido à redução da capacidade de infiltração, associada à urbanização irregular ou sem planejamento, as enxurradas têm se tornado frequentes em diversos centros urbanos, estando muitas vezes associadas a alagamentos.
- Descrição: Vertentes e canais apropriados à ocorrência, com ausência de micro e macro drenagem.
- Fatores contribuintes: Tipo de relevo, ausência de drenagem eficiente.

- Componentes críticos: Relevo acidentado e elevada precipitação pluvial nas épocas chuvosas do ano.

Tabela 09: Relação das principais áreas com risco de Enxurrada (Defesa Civil Municipal):

LOCALIDADES			
01	Alto de Olaria (Barroso e Rua Raul Veiga)	13	Lagoinha
02	Amparo	14	Lumiar
03	Boa Esperança (Lumiar)	15	Mury
04	Cascatinha	16	Olaria (Rua Raul Veiga)
05	Centro (Teleférico)	17	Parque São Clemente
06	Conêgo	18	Riograndina
07	Conquista (Prainha)	19	Santa Cruz
08	Córrego D'antas	20	São Lourenço
09	Debossan	21	São Pedro da Serra
10	Duas Pedras (São Lucas e Rua São Pedro)	22	Tingly
11	Granja Spinelli	23	Vale dos Pinheiros
12	Jardim Califórnia	24	Vila Amélia

3.2.4 ALAGAMENTOS

Dados divulgados pelo IBGE (2010) mostram que 1 em cada 3 municípios tem áreas urbanas de risco que demandam drenagem especial.

O aumento populacional promove o consequente aumento da impermeabilização, o que acaba por gerar um maior volume escoado superficialmente. Assim, os municípios populosos tornam-se mais susceptíveis à ocorrência de alagamentos severos.

A questão da drenagem urbana envolve além dos processos hidrológicos de enchentes e inundações diretamente ligadas aos cursos d'água naturais, processos de alagamentos e enxurradas, decorrentes de deficiências no sistema de drenagem urbana e que podem ou não ter relação com os processos de natureza fluvial.

Tabela 10. Relação das principais áreas com risco de Alagamento (Defesa Civil Municipal)

Região	Setor	Descrição
Amparo	01	Rua dez de outubro

	02	Estrada Amparo x São José – Barrozo
Campo do Coelho	03	Rua Américo João da Silveira
	04	Rua Norival dos Santos Calixto
Centro	05	Av. Julius Arp (Complexo Arp)
	06	Rua José Tessarolo Santos (Paissandú)
	07	Alameda João Torres Xavier (Paissandú)
	08	Rua 7 de Setembro
	09	Praça Getúlio Vargas
	10	Rua Farinha Filho
Conselheiro Paulino	11	Rua Garcia de Queirós (ao lado do Colégio Rui Barbosa)
Duas Pedras	12	Rua Benjamin Constant (próximo a Rodoviária Norte)
Mury	13	Av. Hamburgo
Olaria	14	Rua Maria D'angeloMagliano
Parque São Clemente	15	Rua Tiradentes
Prado	16	Rua Érico Coelho (ao lado do CEFET)

4. OPERAÇÕES

Esta etapa do Planejamento tem por objetivo descrever os procedimentos operacionais a serem cumpridos pelas equipes das instituições participantes, incluindo-se entre estas as organizações públicas e privadas, também contando com a participação das comunidades, os quais deverão ter atribuições claras sobre as ações a serem desempenhadas durante uma eventual resposta a desastres na Cidade de Nova Friburgo.

Tais procedimentos seguem as diretrizes estabelecidas:

- Sistema de Comando em Operações (SCO), Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O SCO será utilizado como sistema padrão de resposta aos desastres, estruturando a sua organização e gerenciamento, facilitando a adoção de ações integradas para suprir as complexidades e demandas desses eventos, sempre juízo de suas competências e limites jurisdicionais.

Desta forma, iremos obter:

- Maior segurança para as equipes de resposta e demais envolvidos numa situação crítica;
- O alcance de objetivos e prioridades previamente estabelecidas; e
- O uso eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

Lei no 12.608, de 10 de abril de 2012.

Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC;

4.1 AUTORIDADE

O Plano Municipal de Contingência poderá ser Mobilizado ou Desmobilizado pelas seguintes autoridades:

- I. Prefeito;
- II. Vice-Prefeito;
- III. Secretário de Governo;
- IV. Secretário de Defesa Civil;

Independentemente de quem acionar o Plano, esta ação deverá ser realizada através do Grupo de WhatsApp (GRAC - CHUVAS INTENSAS) e ligações telefônicas para os responsáveis indicados por cada instituição, convocando os órgãos conforme a evolução das ocorrências, priorizando ações de proteção da vida e segurança da população.

4.2 MOBILIZAÇÃO

O Plano de Contingência será ativado sempre que forem constatadas ocorrências de eventos adversos que extrapolem a capacidade dos órgãos de resposta, devido aos impactos causados.

Após a decisão formal de ativar o Plano de Contingência, as seguintes medidas serão desencadeadas:

- a) A Secretaria de Defesa Civil ativará o plano de chamada das equipes que atuarão operacionalmente nos locais afetados;
- b) Técnicos e representantes envolvidos no Plano poderão ser acionados para compor a Sala de Operações que ficará situada na sede da Defesa Civil, ou em outro lugar considerado estratégico pelo coordenador das operações;
- c) Os órgãos a serem mobilizados ativarão seus protocolos internos definidos de acordo com as atividades previstas na Matriz de Atividades X Responsabilidades;
- d) A população será alertada através das sirenes do Sistema de Alerta e Alarme, carros de som, grupos de Whatsapp, Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUPDECs), além da vinculação dos alertas nas redes de comunicação existentes no município através da Subsecretaria de Comunicação e da Central de operações e monitoramento da Cidade Inteligente.

4.3 ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA

Uma vez acionado este Plano de Contingência, os órgãos envolvidos no atendimento das situações críticas deverão interagir de forma imediata para reduzir o nível de danos à integridade física e emocional da população envolvida. Será organizado um grupo de ações coordenadas (GRAC) e as funções específicas de cada agência estão discriminadas na Matriz de atividades x responsabilidades (Anexo I).

Tabela 11. Organização do Grupo de Ações Coordenadas - GRAC

INTEGRANTES
Secretaria Municipal de Defesa Civil – Responsável pela Coordenação e articulação.
Agências municipais: 1. Secretaria Municipal de Defesa Civil 2. Secretaria de Governo 3. Secretaria Municipal de Educação 4. Secretaria Municipal de Saúde 5. Secretaria Municipal de Serviços Públicos 6. Secretaria Municipal de Obras 7. Secretaria Municipal de Meio Ambiente 8. Gabinete do Prefeito 9. Procuradoria Municipal 10. Controladoria Municipal 11. SECOM – Subsecretaria de Comunicação Social 12. Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento 13. SMOMU - Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana 14. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística 15. Secretaria Municipal de Assistência Social 16. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural 17. GCM – Guarda Civil Municipal 18. Secretaria Municipal da Casa Civil - EGCP 19. Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia 20. Secretaria Municipal de Cultura 21. Secretaria Municipal de Turismo 22. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer 23. SSUBEA - Subsecretaria do Bem-estar Animal

24. Fundação Dom João VI de Nova Friburgo

25. Subprefeituras

26. Vigilância Sanitária

Agências Estaduais e Federais:

27. Secretaria Estadual de Defesa Civil – Redec Serrana II

28. CBMERJ – 6º Grupamento de Bombeiro Militar

29. Polícia Militar – 11º Batalhão de Polícia Militar

30. Polícia Civil – 151ª Delegacia de Polícia Civil

31. CEMADEN/RJ – Centro de Monitoramento de Desastres Naturais

32. DRM/RJ – Departamento de Recursos Minerais

33. DER – Departamento de Estradas e Rodagens

34. INEA – Instituto Estadual do Ambiente

35. Tiro de Guerra 01-010

36. Sanatório Naval

Agências Não governamentais:

37. Naturgy - Antiga CEG (Companhia de gás)

38. Companhia Águas do Nova Friburgo

39. ENERGISA - Companhia de Energia Elétrica

40. Concessionária Rota 116

41. EBMA - Empresa Brasileira de Meio Ambiente

42. OI TELEMAR

43. ROER - Rede de Operações de Emergência de Rádio Amadores

44. Cruz Vermelha Brasileira

45. NUPDECs – Núcleos Comunitários de Defesa Civil

4.4 AÇÕES DE RESPOSTA

A resposta às ocorrências de Chuvas Intensas será desenvolvida nas diferentes fases do desastre: no pré-desastre, no desastre propriamente dito e na desmobilização.

4.4.1 PRÉ-DESASTRE

4.4.1.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

A Secretaria de Defesa Civil utiliza o mapeamento e a hierarquização de riscos geológicos e hidrológicos descritos no Plano Municipal de Redução de Risco, nas cartas do CPRM, nos relatórios da

Gerência de Geomática (Secretaria de Meio Ambiente) e do DRM-RJ e no estudo feito pela REGEA, além de vistorias técnicas realizadas pelo seu Departamento Técnico e Operacional solicitadas pela população, com objetivo de avaliar as condições de vulnerabilidade em caso de incidência de chuvas intensas.

4.4.1.2 MONITORAMENTO

Os serviços de previsão meteorológica do INEA, CEMADEN e CEMADEN-RJ disponibilizam a previsão do tempo, emitindo alertas em caso de previsões de fortes e contínuas precipitações e possível elevação dos níveis dos rios.

A partir desse monitoramento, foram estabelecidos níveis de aviso que deverão ser informados pela Secretaria Municipal de Defesa Civil através dos protocolos estabelecidos nos estágios operacionais do Estado do Rio de Janeiro:

SISTEMA DE MONITORAMENTO ALERTA/ALARME

ESTÁGIOS OPERACIONAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESTÁGIO OPERACIONAL – VIGILÂNCIA	
Descrição: Nível onde são realizados os monitoramentos das condições meteorológicas, geológicas e hidrológicas. Caracteriza-se pelo acompanhamento das projeções futuras de algum evento adverso, estando ele detectável ou não, momento definido pelas condições de "NORMALIDADE".	
RESPONSÁVEL	AÇÃO
CEMADEN/RJ	Realiza o monitoramento meteorológico e faz o envio da previsão, informativos e avisos meteorológicos para o CESTAD.
CESTAD/RJ	Mantém comunicação com o CEMADEN/RJ

ESTÁGIO OPERACIONAL – OBSERVAÇÃO	
Descrição: Nível onde a previsão aponta a possibilidade real de ocorrência do evento adverso ou já há o impacto, não gerando ocorrências, e não sendo necessário o acionamento de recursos.	
RESPONSÁVEL	AÇÃO
CEMADEN	Mantém o monitoramento meteorológico e faz o envio da previsão, informativos e avisos meteorológicos para o CESTAD.
	Mantém comunicação com o CEMADEN

CESTAD	Envia os informativos com o Estágio Operacional estabelecido aos REDEC individualmente conforme a necessidade.
REDEC	Confirma o recebimento do aviso informado pelo CESTAD e passa a acompanhar o monitoramento do cenário meteorológico.

ESTÁGIO OPERACIONAL – ATENÇÃO	
Descrição: Nível do impacto do evento adverso, gerando ocorrências suportáveis ao Município, porém requer que a Agência Estadual de Defesa Civil inicie fluxo de comunicação junto aos municípios, devido a possibilidade do acionamento recursos complementares da SEDEC.	
RESPONSÁVEL	AÇÃO
CEMADEN/RJ	Intensifica o monitoramento meteorológico e faz o envio da previsão, informativos e avisos meteorológicos para o CESTAD.
	Mantém contato com o Superior de Dia ao DGDEC / Diretor CESTAD, a fim de informar a evolução do cenário meteorológico.
REDEC	Mantém o monitoramento das ocorrências e das ações das Agências Municipais
	Envia aos Municípios o informativo do ESTÁGIO Operacional estabelecido.
	Envia relatório situacional das ocorrências ao CESTAD
Superior de Dia ao DGDEC	Compilar as informações dos REDECS e Informa ao Diretor CESTAD.
CESTAD/RJ	Enviar mensagem, via WhatsApp, às Agências integrantes do GRAC, informando o ESTÁGIO Operacional estabelecido e se há tendência de agravamento do cenário meteorológico e de ocorrências
GRAC	Caso haja tendência de agravamento do cenário, as agências pertencentes ao GRAC colocam seus recursos (humanos e materiais) em sobreaviso e mantém aberto canal de comunicação com o CESTAD.
SEMDEC	Inicia o atendimento de primeira resposta às ocorrências.

ESTÁGIO OPERACIONAL – ALERTA

Descrição: Nível onde o impacto do evento adverso, pode gerar um número considerável de ocorrências, inclusive em mais de um município, podendo requerer o acionamento e a utilização **pontual** de recursos das diversas agências do GRAC, de acordo com o cenário apresentado.

RESPONSÁVEL	AÇÃO
CEMADEN/RJ	Intensifica o monitoramento meteorológico e faz o envio da previsão, informativos e avisos meteorológicos para o CESTAD.
REDEC	Mantém o monitoramento das ocorrências e das ações das Agências Municipais
	Envia aos Municípios o informativo do ESTÁGIO Operacional estabelecido.
	Envia relatório situacional das ocorrências ao CESTAD
	Desloca para o município mais afetado.
CESTAD/RJ	Enviar o Informativo do ESTÁGIO Operacional estabelecido.
	Envia mensagens, via WhatsApp, às Agências integrantes do GRAC informando o ESTÁGIO Operacional Estabelecido.
	Acionam, de acordo com a demanda, recursos pontuais às Agências pertencentes ao GRAC.
Diretor DGDEC	Autoriza o acionamento do Plano de Chamadas interno do DGDEC (efetivo de Sobreaviso) e pronto-emprego conforme demanda
	Solicita a ativação do Grupo SUOP (WhatsApp)
DGDEC	Deslocamento da primeira equipe, com o Supervisor de Dia ao DGDEC, em caso de mais de um município afetado.
GRAC	As Agências pertencentes ao GRAC colocam seus recursos disponíveis para ações de resposta pontuais e individuais, conforme a demanda, podendo estar atendendo de sua instituição (à distância) ou em casos mais agudos e específicos ser mobilizado para as dependências do CESTAD.
SEMDEC	Continua atendendo às ocorrências, inclusive com o acionamento do GRAC municipal.

ESTÁGIO OPERACIONAL - ALERTA MÁXIMO

Descrição: Nível onde devido ao impacto do evento adverso gerou alto número de ocorrências, múltiplos municípios afetados, inclusive em mais de uma Regional de Defesa Civil e requer o acionamento e o emprego de recursos do SIEPDEC (Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil), neste cenário temos continuidade ou agravamento do evento meteorológico, hidrológico ou geológico com a ocorrência de danos e prejuízos vultuosos.

RESPONSÁVEL	AÇÃO
CEMADEN/RJ	Intensifica o monitoramento meteorológico, faz o envio da previsão meteorológica, avisos e informativos meteorológicos para os municípios e CESTAD
Diretor do DGDEC	Determina a ativação do Gabinete de Gestão de Crise – GGC
CESTAD	Enviar mensagem, via WhatsApp, para as Agências integrantes do GRAC e às Instituições da REDE SALVAR, informando o estabelecimento do Estágio Operacional de Alerta Máximo.
	Acionamento, conforme demanda para integrar presencialmente o Gabinete de Gestão de Crise, dos representantes das agências integrantes do GRAC.
	Acionamento, conforme demanda, para integrar presencialmente o Gabinete de Gestão de Crise das Instituições Integrantes da REDE SALVAR.
REDEC	Ativa "Sala de Crise local"
DGDEC	Acionamento e montagem de equipes para pronto-emprego conforme demanda
	Deslocamento de equipe para os municípios afetados
SEMDEC	Declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública
	Avaliação de danos, prejuízos, recursos utilizados e necessidades de recursos complementares.
GRAC	Desloca-se para as dependências do CESTAD e apoia com os recursos necessários (humanos, materiais, equipamentos, insumos, ajuda humanitária e outros), conforme a demanda do GGC
REDE SALVAR	
Governador e Staff de Secretário e outras autoridades	Pode estabelecer GGC, nível de decisão político/estratégico no CICC

Legenda:

CICC - Centro Integrado de Comando e Controle;

SUOP - Superintendência Operacional de Defesa Civil;

DGDEC - Departamento Geral de Defesa Civil;

REDEC - Regional de Defesa Civil;

CESTAD - Centro Estadual de Administração de Desastres;

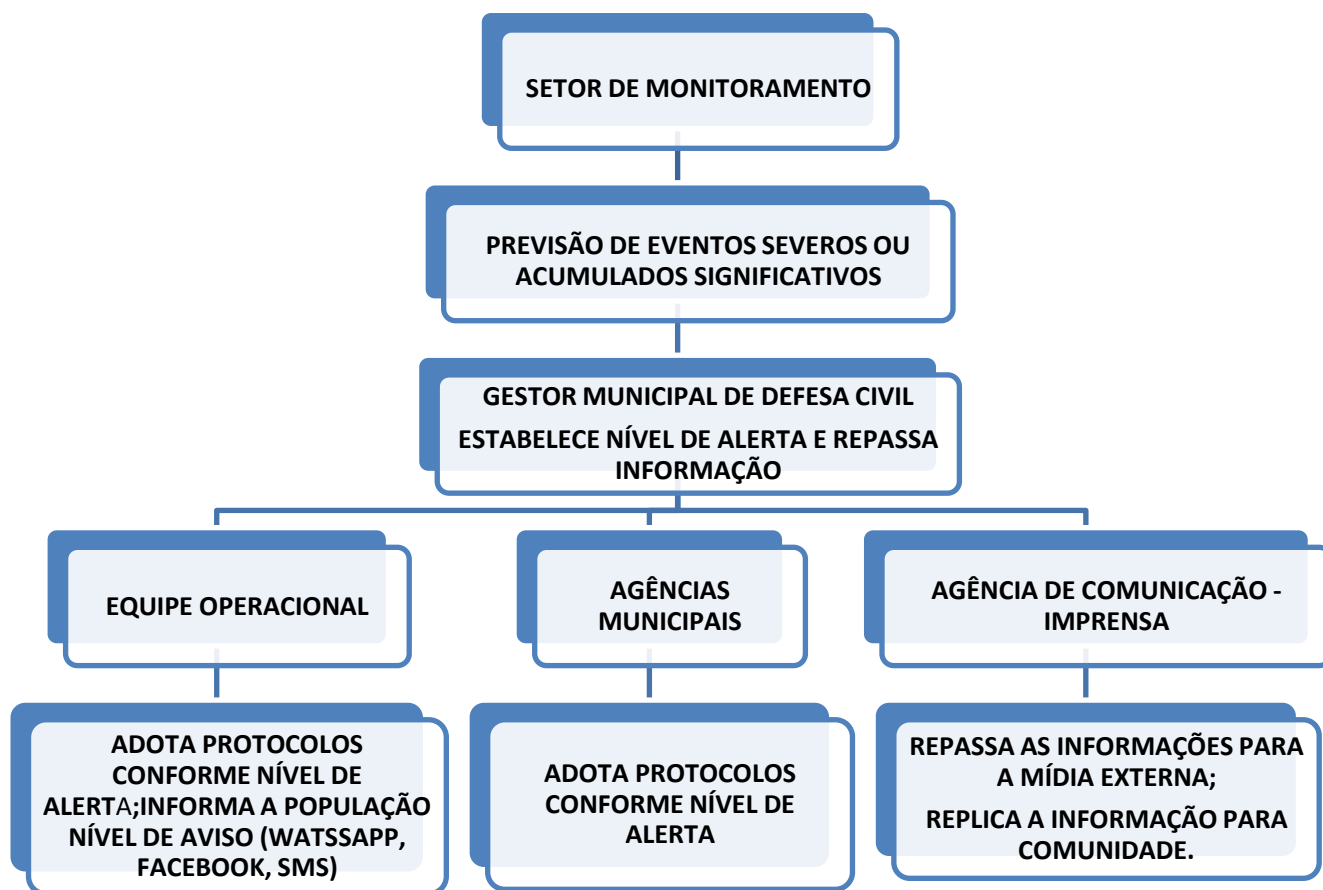
CEMADEN - Centro de monitoramento de Desastres Naturais;

GRAC - Grupo de Ações Coordenadas;

SIEPDEC - Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil

SEMDEC – Secretaria Municipal de Defesa Civil

FLUXO DE INFORMAÇÕES PARA SISTEMA DE ALERTA E ALARME



QUEM É QUEM NOS NÍVEIS DE ALERTA?

- Gestor Municipal De Defesa Civil – é o responsável pelo setor administrativo, apresentação do plano de contingência ao chefe do executivo municipal, representantes das secretarias municipais e demais órgãos que compõe o gabinete de crise, quando na possibilidade de uma ocorrência é quem

dispara os avisos de alerta ao público externo (representantes das secretarias municipais e demais órgãos), e manter o chefe do executivo informado das ações em curso;

- Chefe do Setor Operacional – é o responsável pela equipe operacional (Agentes, Técnicos, operadores, etc), quando na possibilidade de uma ocorrência é quem dispara os avisos de alerta (público interno, comunidade);
- Agentes – componentes das equipes de atendimento, plantonistas (Executores);
- Equipe Técnica – são os profissionais de diversos seguimentos (Engenheiros, Geólogos, Geógrafos, Hidrólogos, Meteorologista, ...);
- Voluntários – integrantes da sociedade civil, da comunidade que na ocorrência do evento adverso quando capacitados podem ser adicionados as equipes para atuarem preferencialmente nas áreas frias (abrigo, cadastros, distribuição e recebimento de donativos).

SISTEMA DE ALERTA E ALARME SONORO DE NOVA FRIBURGO

A cidade conta com um sistema de alerta e alarme comunitário para chuvas fortes com um total de 36 (trinta e seis) conjuntos de sirenes instaladas em 24 (vinte e quatro) comunidades:

Tabela 12. Relação de localidades com sistema de alerta e alarme

Local		Endereço
1	Alto Olaria 1	Rua Xingú, nº 181
2	Alto Floresta 1	Rua João Pereira Marins, nº 93
3	Baixo Floresta 1	Rua Aureliano Barbosa de Farias, s/n
4	Barroso (Olaria)	Rua Maria Gloria Nemo, s/n
5	Campo do Coelho 1	Rua Antônio Mario de Azevedo, 12321
6	Campo do Coelho 2	Rua Durval Silveira, nº 83
7	Catarcione 1	Rua José Lannes, s/n
8	Chácara do Paraíso 2	Rua Augusta Dalber, nº 27 A
9	Chácara do Paraíso 3	Estrada Izelino Maduro, s/n
10	Chácara do Paraíso1	Loteamento Vale do Paraíso
11	Cordoeira	Rua Darcília dos Santos, s/n
12	Córrego D'antas 1	RJ 130 Friburgo x Teresópolis, 2506
13	Córrego D'antas 2	RJ 130 Friburgo x Teresópolis, 2506
14	Duas Pedras 1	Avenida dos Ferroviários, s/n
15	Duas Pedras 2	RJ 130 Friburgo x Teresópolis, nº 913
16	Granja Spinelli 1	R. Lindolfo Godinho, nº 156 na Vila Operária

17	Jardim California 1	Rua Atalicio Schautz, s/n
18	Jardim California 2	Rua Joaquim Rosa Pinheiro, nº 852
19	Jardinlândia1 – Taurú	Av dos Ferroviários, nº 558
20	Jardinlândia 2	Av. dos Ferroviários, nº 1856
21	Lazareto	Av. Governador Roberto Silveira, nº750 (Curral do Sol)
22	Maringá	Rua Carlos Roberto Pimentel, s/n, Pracinha
23	Ouro Preto 1	Rua Mario Bini, nº 30
24	Prainha	Rua da Prainha, s/n
25	Riograndina	Praça Nossa Sra do Rosário, s/n – Pracinha
26	Rosa Branca	Rua Joaquim Pereira Bispo, nº 631
27	Rui Sanglard 1	Rua Francisco Alves da Costa, s/n
28	Rui Sanglard 2	Rua Mario Bini, nº 30
29	Rui Sanglard 3	Av. Governador Roberto Silveira, nº 1960
30	Santa Bernardete	R. Dr. Benedito Feliciano da Costa, nº 1300
31	São Geraldo 1	Rua Rosa Emilia do Canto, s/n
32	São Geraldo 2	Rua Ricardo dos Santos, nº5 - Nova Esperança
33	São Geraldo 3	Rua Feliciano Benedito da Costa, s/n - Nilo Martins
34	Tingly 1	Est. do Tingly, nº 543
35	Três Irmãos	Rua Rio Caraiba, nº 252
36	Village 1	Praça 1º de março, nº 18

O objetivo desse sistema é manter a população informada sobre situações de perigo iminente de deslizamentos de solo e/ou rocha provocados por intensas precipitações. As sirenes são acionadas remotamente pela Secretaria Municipal de Defesa Civil para que os moradores de áreas de risco se desloquem para locais seguros ou pontos de apoio disponibilizados pela Prefeitura. Quando o acionamento remoto falhar, existe a possibilidade de realizar esta ação in- loco coma utilização de uma chave padrão para este sistema de sirenes.

4.4.2 DESASTRE

4.4.2.1 ACIONAMENTO DOS RECURSOS

Após ativação deste Plano, será montada a Sala de Cooperação, em conjunto com os demais órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, onde será iniciado o gerenciamento das ações e a análise das necessidades de recursos para apoiar as ações de campo.

4.4.2.2 DIMENSIONAMENTO DO EVENTO E DA NECESSIDADE DE RECURSOS (AVALIAÇÃO DE DANOS)

A partir da concretização do desastre caberá à Secretaria Municipal de Defesa Civil coordenar as equipes multidisciplinares de avaliação dos danos e prejuízos, possibilitando cadastrar e elencar os recursos necessários às ações de socorro, assistência e reabilitação.

4.4.2.3 MOBILIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DOS RECURSOS

Após o gerenciamento inicial das ações e a análise das necessidades, as equipes de campo irão informar ao Setor Técnico e Operacional a demanda de recursos humanos e materiais necessários às operações de campo. Serão priorizados os recursos necessários ao resgate de vítimas, proteção da população, restabelecimento dos serviços essenciais e ações de normalização das áreas atingidas.

4.2.2.4 INSTALAÇÃO DA SALA DE COOPERAÇÃO

Caberá ao Secretário de Defesa Civil, após solicitação ao Chefe do Executivo, instalar a Sala de Cooperação que atuará segundo as diretrizes do Sistema de Comando em Operações, acionando os órgãos envolvidos conforme a necessidade.

Poderão participar da Sala de Cooperação:

- I. Representantes das secretarias do governo municipal;
- II. Representantes de órgãos estadual e federal;
- III. Órgãos de apoio do Sistema Municipal de Defesa Civil.

A Sala de Cooperação poderá convidar especialistas ou membros da administração pública direta ou indireta, bem como órgãos públicos de outras esferas e agências especializadas para integrar a equipe de gerência.

Ainda que as decisões emanem dos participantes integrantes da Sala de Cooperação, a coordenação geral das ações caberá ao Secretário de Defesa Civil.

A composição deste gabinete dependerá dos tipos de emergências e desastres enfrentados e da complexidade de cada um.

4.4.2.5 ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA

Caberá aos órgãos de primeira resposta a organização da cena, ativando preliminarmente as seguintes áreas e instalações: Posto de comando; Área de espera; Áreas de evacuação; Área de concentração de vítimas; Rotas de fuga; Pontos de apoio; Abrigos.

4.4.2.6 DECRETAÇÃO DE SE OU ECP E ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Caberá à Secretaria de Defesa Civil, após a avaliação dos danos e prejuízos causados pelo desastre, a confecção dos relatórios de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 36 do Ministério Do Desenvolvimento Regional, a fim de assessorar o chefe do Poder Executivo Municipal quanto

a necessidade de declarar Situação de Emergência – SE ou Estado e Calamidade Pública – ECP, bem como a confecção de toda documentação necessária em parceria com a Procuradoria Geral do Município.

4.4.2.7 AÇÕES DE SOCORRO

A coordenação da resposta na fase do desastre será realizada pela Defesa Civil Municipal, com o apoio dos órgãos componentes da Sala de Cooperação.

4.4.2.7.1 BUSCA, RESGATE E SALVAMENTO

As ações de busca, resgate e salvamento, inclusive de animais, serão realizadas pelas equipes de socorro e ficarão sob a coordenação do 6º Grupamento de Bombeiros Militar.

4.4.2.7.2 PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Tais ações serão desenvolvidas em conjunto com o Grupamento de Socorro e Emergência do Corpo de Bombeiros, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Cruz Vermelha e profissionais da área de saúde pertencentes à Secretaria de Saúde.

4.4.2.7.3 ATENDIMENTO MÉDICO E CIRÚRGICO DE URGÊNCIA

Caberá à Secretaria de Saúde, após a triagem do nível de gravidade dos afetados, verificar as unidades de saúde mais adequadas de atendimento.

4.4.2.7.4 EVACUAÇÃO

Quando for estabelecido o nível de aviso que necessite mobilizar a população para locais seguros ou pontos de apoio, a Defesa Civil e a Secretaria de Educação, através dos protocolos existentes em seus procedimentos operacionais, acionarão a abertura dessas edificações e difundirão a informação para a população residente nas áreas de risco. O Sistema de Alerta e Alarme Comunitário Sonoro será acionado para alertar a população. Os locais onde não existe este tipo de sistema serão atendidos por outras formas definidas pela Secretaria Municipal de Defesa Civil. A retirada dessa população será auxiliada pelos agentes de Defesa Civil e poderá contar com o apoio da Guarda Civil Municipal, Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs), além de voluntários cadastrados na Secretaria de Defesa Civil.

4.4.2.8 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA

4.4.2.8.1 CADASTRAMENTO DAS VÍTIMAS

Caberá à Secretaria de Assistência Social o cadastramento e a triagem socioeconômica da população afetada pelo desastre. Este será o cadastro oficial que será divulgado pela Prefeitura, através de sua Assessoria de Comunicação Social.

As demais entidades poderão auxiliar nesse cadastro, desde que estejam em contato direto com a Secretaria de Assistência Social para que não haja divergências nas informações.

4.4.2.8.2 ABRIGAMENTO

Considerando as edificações que disponham de instalações físicas e hidrossanitárias, caberá à Secretaria de Assistência Social, com o apoio da Secretaria de Educação e da Secretaria de Defesa Civil, estabelecer os locais de implantação de abrigos temporários, que estarão diretamente relacionados à intensidade dos eventos. Nesses locais, serão atendidos somente os munícipes que tiverem sua edificação danificada e/ou destruída, comprovadamente pela vistoria técnica da Defesa Civil, com laudo de interdição, e que não tenha nenhuma outra alternativa de moradia, como casa de parentes ou amigos. A responsabilidade de ativação e administração dos abrigos temporários será da Secretaria de Assistência Social com o apoio da Defesa Civil e demais órgãos relacionados na matriz de responsabilidades.

4.4.2.8.3 RECEBIMENTO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOAÇÕES

Caberá à Secretaria de Assistência Social a coordenação do recebimento, organização e distribuição de donativos, com o apoio dos órgãos relacionados na matriz de responsabilidades. Para tanto, esta deverá coordenar campanhas de arrecadação de alimentos, roupas, água potável, colchões, cobertores, produtos de higiene pessoal, entre outros, que deverão ser triados e distribuídos para a população afetada.

4.4.2.8.4 ATENDIMENTO AOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES, IDOSOS, PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, ETC...)

As ações direcionadas para estes grupos dar-se-ão em conjunto com a Secretaria de Assistência Social e o Conselho Tutelar.

4.4.2.9 MANEJO DE MORTOS

As ações de manejo de mortos em decorrência do desastre, recolhimento de cadáveres, transportes, identificações e liberações para funerais, deverão ser realizadas em conjunto pela Polícia Civil, Defesa Civil Estadual, Corpo de Bombeiros e o Instituto Médico Legal do Estado do Rio de Janeiro (IML).

4.4.2.10 MOBILIZAÇÃO ADICIONAL DE RECURSOS

Após o gerenciamento das ações e articulação dos recursos iniciais, serão acompanhadas e analisadas outras necessidades pelas equipes de campo, que irão informar a demanda de novos recursos necessários para a Secretaria de Defesa Civil, que irá coordenar toda a articulação com os demais órgãos do Sistema Municipal de Defesa Civil a fim de atender essas solicitações. Poderá, ainda, solicitar recursos extraordinários para os governos estadual e federal.

4.4.2.11 ATENDIMENTO À IMPRENSA

Ficará sob a responsabilidade da Subsecretaria de Comunicação (SECOM) a divulgação das informações relacionadas ao desastre. Para tanto, os órgãos envolvidos deverão concentrar as informações e encaminhar para a SECOM, a fim de evitar divergência de informações prestadas ao público.

4.4.2.12 AÇÕES DE REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS

4.4.2.12.1 RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A Secretaria de Obras será a responsável pelas ações de Reabilitação do cenário afetado.

4.4.2.12.2 RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Caberá à Secretaria de Obras, à Secretaria de Serviços Públicos e à SMOMU, em conjunto com as concessionárias de serviços essenciais, tais como Energisa, CEG - Naturgy, Oi-Telemar, Águas de Nova Friburgo, Rota 116, EBMA, entre outras, conforme matriz de atividades x responsabilidades, o restabelecimento dos serviços essenciais.

4.3 ATRIBUIÇÕES

4.3.1 ATRIBUIÇÕES GERAIS

São responsabilidades gerais dos órgãos envolvidos no Plano de Contingência para Chuvas Intensas de Nova Friburgo:

- I. Manter um plano de chamada atualizado do pessoal para a execução das atividades previstas na Matriz de Atividades X Responsabilidades;
- II. Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais necessários para a realização das tarefas atribuídas a cada órgão;
- III. Preparar e implementar convênios e termos de cooperação necessários para a participação no plano;
- IV. Identificar e suprir as necessidades de comunicação, equipamentos e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas;
- V. Prover meios para garantir a continuidade das operações, incluindo o revezamento dos responsáveis em caso de aumento de demandas e processos continuados;
- VI. Identificar e prover medidas de segurança para o pessoal empregado nas atividades de resposta.

4.4 DESMOBILIZAÇÃO

A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, devendo a Secretaria de Defesa Civil ordenar o retorno das famílias às suas residências de acordo com as condições de vulnerabilidade dos cenários e fatores de interrupção no acesso da população aos serviços essenciais básicos. Para tanto, deverá reunir-se com os órgãos competentes para traçar estas ações.

Esse Plano será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizem um dos cenários de risco previstos, ou seja, pela não evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência de eventos ou pela normalização dos serviços essenciais.

Após a decisão formal de desmobilizar o Plano de Contingência, as seguintes medidas serão desencadeadas:

- a) Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível de desmobilização (total ou retorno gradativo).
- b) A Secretaria de Defesa Civil desmobilizará o plano de chamada das equipes operacionais, técnicos e representantes envolvidos nas ações.

5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 MATRIZ DE ATIVIDADES X RESPONSABILIDADES

Identificada a situação anormal, os órgãos relacionados deverão ser acionados e adotarão as medidas que lhes couber, de acordo com as missões específicas de cada órgão, conforme Matriz de Atividades X Responsabilidades (ANEXO I).

EVI GOMES DA SILVA – MAJ BM

Secretário Municipal de Defesa Civil